



SILVIO CREPALDI

@professor.crepaldi

PLANEJAMENTO

# TRIBUTÁRIO

TEORIA E PRÁTICA



## **Doutor em Direito**

Universidade Autónoma de Lisboa Luís  
de Camões

UAL – Lisboa – Portugal – Europa

## **Mestre em Administração**

Universidade Federal de Lavras

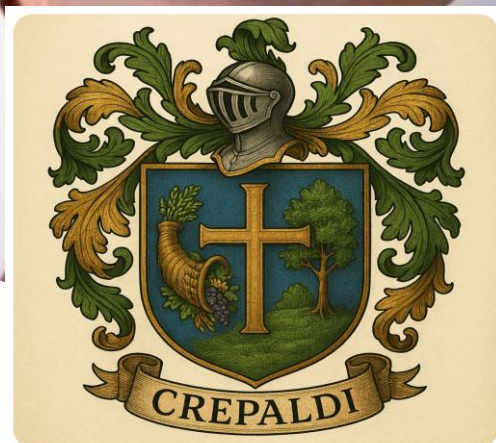
UFLA – Lavras – MG

## **Graduado em Direito**

UNIFENAS – Alfenas – MG

## **Graduado em Ciências Contábeis e Administração**

FACECA – Varginha – MG








SILVIO CREPALDI

Planejamento tributário:

**IMPORTÂNCIA**



# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO e Gestão Empresarial na Era da Reforma Tributária Brasileira

Uma jornada estratégica pela gestão e o **planejamento de tributos** para aprimorar as práticas empresariais, financeiras e tributárias no contexto da maior transformação fiscal da história do Brasil.



# REFORMA TRIBUTÁRIA

O que já foi aprovado e o que ainda falta regulamentar e operacionalizar

Tradução prática para empresários entenderem o novo sistema de tributos

## JÁ APROVADO EM LEI



### EC 132/2023

Mudou o sistema tributário

Criou o IBS, CBS e o Imposto Seletivo, além do novo modelo de tributação sobre consumo no Brasil.



### LC 214/2025

Explica como calcular

Define base de cálculo, créditos, fato gerador, regimes específicos e regras técnicas dos tributos.



### LC 227/2026

Explica como cumprir e fiscalizar

Regulamenta o Comitê Gestor do IBS, a fiscalização unificada e o processo de defesa do contribuinte.

## AINDA EM OPERACIONALIZAÇÃO



### IMPOSTO SELETIVO (IS)

Pendente de Leis Ordinárias

Falta definir:

- Alíquotas definitivas
- Definição de produtos e alíquotas específicas
- Regras ambientais específicas



### CONTENCIOSO DO IBS

Em fase de estruturação

A lei já existe, mas ainda serão criados:

- Órgãos julgadores
- Câmaras recursais
- Estrutura administrativa



### REGIMES ESPECÍFICOS

Em ajustes complementares

Setores com regras diferenciadas:

- Saúde
- Educação
- Combustíveis
- Financeiro
- Cooperativas



### CASHBACK

Plataforma em testes — falta integração bancária e operacionalização no varejo.

Falta definir:

- Integração com varejo
- Fluxo de devolução ao consumidor

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

## Conceito Fundamental

Conjunto de **estratégias legais** adotadas por empresas para **organizar** e **reduzir** a carga tributária, garantindo total conformidade com a legislação vigente brasileira.

## Objetivo Principal

Minimizar os impostos pagos através do aproveitamento de **incentivos fiscais**, escolha do regime tributário mais vantajoso e reestruturação inteligente das operações.

## Como Funciona na Prática

- Análise detalhada da situação fiscal atual.
- Estudo minucioso das leis federais, estaduais e municipais.
- Implementação de medidas estratégicas sem riscos legais.

## Importância no Cenário Brasileiro

Com uma carga tributária que pode atingir **33% do faturamento**, o **planejamento tributário** torna-se essencial para a gestão financeira e competitividade empresarial.

**Diferencial Importante:** O **planejamento tributário** distingue-se da **sonegação fiscal** por ser uma prática totalmente lícita, conhecida como **elisão fiscal**, que respeita rigorosamente as normas e evita penalidades.



# O que É Planejamento Tributário



## Elisão Fiscal

Utilização de meios legais e lícitos para reduzir a carga tributária, aproveitando benefícios fiscais, incentivos e brechas legais previstas na legislação.



## Conformidade Legal

Todas as estratégias são realizadas dentro dos limites da lei, com total transparência e em conformidade com as normas tributárias vigentes.



## Otimização de Recursos

Análise estratégica das operações empresariais para escolher o regime tributário mais vantajoso e estruturar negócios de forma eficiente.



## Gestão Preventiva

Planejamento antecipado e estruturado antes da ocorrência do fato gerador, evitando riscos fiscais e garantindo segurança jurídica.



# O que **NÃO** é Planejamento Tributário



## **Crimes contra a ordem tributária →**

→ **fraudar** fiscalização, **omitir** informação ou prestar declaração falsa, **falsificar** ou alterar nota fiscal, **deixar de recolher** tributo no prazo legal por má fé;



## **Sonegação fiscal →**

→ **ação ou omissão dolosa, impedir ou retardar** total ou parcialmente o conhecimento pelo fisco de um fato ocorrido, ou da natureza do fato;



## **Simulação**

→ art. 102 Código Civil – transmissão de direitos a pessoas diversas, **falsa declaração** e confissão, **registro de datas divergentes** da ocorrência do ato, **intenção de prejudicar** terceiros ou violar dispositivo legal;



## **Abuso de forma e negócio jurídico indireto**

→ **Essência sobre a forma.**  
Uso de estruturas legais para alcançar resultados que **contrariam o propósito** da norma tributária, **sem substância econômica.**



# COMO PREPARAR SUA EMPRESA PARA A NOVA ERA TRIBUTARIA

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# GESTÃO e PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estratégia essencial para empresas

O **Planejamento Tributário** é uma parte fundamental da **Gestão Tributária**, englobando o planejamento estratégico, a execução precisa e o controle rigoroso das obrigações fiscais empresariais.

## Objetivo Principal

**Reduzir legalmente a carga tributária**, postergar ou eliminar impostos desnecessários, aumentando significativamente a rentabilidade e a segurança jurídica do negócio.

## Contexto Brasileiro

No Brasil, onde a carga tributária média pode facilmente ultrapassar 30% do faturamento empresarial, o **planejamento tributário** torna-se vital para manter a competitividade e garantir a sobrevivência no mercado.

**Exemplo Real de Sucesso:** A marca **Sonho de Valsa** mudou estrategicamente sua classificação fiscal para reduzir o IPI, demonstrando como decisões tributárias bem planejadas podem gerar impacto significativo na redução de impostos e aumento da margem de lucro.



# Tipos de PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO e benefícios práticos

## Estratégico

**Longo prazo (5-10 anos):** Define o regime tributário mais adequado e estabelece a visão tributária geral da empresa, considerando crescimento e expansão futura.

1

## Operacional

**Curto prazo (3-6 meses):** Foca na execução das rotinas fiscais diárias e no cumprimento pontual de todas as obrigações tributárias.

3

## Tático

**Médio prazo (1-3 anos):** Adapta as estratégias tributárias para setores específicos e departamentos, alinhando com objetivos operacionais da empresa.



## Economia Real

Redução significativa de custos tributários dentro da legalidade, permitindo economia de milhares de reais anualmente através de estratégias fiscais inteligentes.

## Segurança Jurídica

Evita multas, autuações fiscais e problemas com a Receita Federal, garantindo conformidade total com a legislação tributária vigente.

## Otimização Financeira

Melhora substancialmente o fluxo de caixa empresarial e libera recursos para reinvestimentos estratégicos no crescimento do negócio.

A importância do **Contador** especializado é fundamental para realizar análises precisas, auxiliar na **escolha do regime tributário mais adequado** (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real) e garantir uma implementação eficaz de todas as estratégias tributárias.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# Os 4 Regimes Tributários

## MEI

Microempreendedor Individual com faturamento até R\$ 81 mil/ano, sem sócios, tributos simplificados e benefícios previdenciários básicos.

## Simplex Nacional

Para micro e pequenas empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões/ano, unifica impostos em uma guia única (DAS).

## Lucro Presumido

Tributação com base em margem de lucro estimada, indicado para empresas com faturamento até R\$ 78 milhões/ano.

## Lucro Real

Regime obrigatório para grandes empresas, tributa sobre o lucro efetivo apurado com rigoroso controle contábil.



PROFESSOR

*Silvio Cherpaldi*



# TIPOS DE TRIBUTAÇÃO

## SIMPLES NACIONAL

- ✓ PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- 📄 IMPOSTOS **UNIFICADOS** EM UMA ÚNICA GUIA (DAS)
- 👍 MENOS BUROCRACIA E ALÍQUOTAS **REDUZIDAS!**



## LUCRO PRESUMIDO

- ✓ INDICADA PARA EMPRESAS CUJO AS MARGENS DE LUCROS SEJAM SUPERIORES ÀS PRESUNÇÕES PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO
- ⚠️ ALÍQUOTAS **FEDERAIS MENORES** E APLICADAS DE ACORDO COM A ATIVIDADE EMPRESARIAL!



## LUCRO REAL

- 📄 PARA GRANDES EMPRESAS
- 🔍 IMPOSTOS SOBRE O **LUCRO REAL** APURADO
- ⚠️ CONTROLE CONTÁBIL **RIGOROSO** E OBRIGAÇÕES **COMPLEXAS!**





# Limites e Obrigações de cada regime

1

## MEI - Simplicidade Máxima

- Limite atual R\$ 81 mil.
- Recolhimento fixo mensal até R\$ 60,60.
- Declaração anual simplificada (DASN-SIMEI).

2

## Simplex Nacional - Unificação

- Limite R\$ 4,8 milhões anuais.
- Recolhimento unificado: IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ICMS, ISS.
- Obrigações acessórias simplificadas.

3

## Lucro Presumido - Estimativa

- Cálculo baseado em percentuais fixos sobre receita.
- Entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- Recolhimento trimestral de IRPJ e CSLL.

4

## Lucro Real - Complexidade

- Apuração contábil detalhada obrigatória.
- Entrega mensal ou trimestral de declarações.
- Fiscalização rigorosa e maior controle.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# Planejamento Tributário



# Limites e Obrigações de cada regime

1

## MEI - Simplicidade Máxima

- Limite atual R\$ 81 mil.
- Recolhimento fixo mensal até R\$ 60,60.
- Declaração anual simplificada (DASN-SIMEI).

2

## Simplex Nacional - Unificação

- Limite R\$ 4,8 milhões anuais.
- Recolhimento unificado: IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ICMS, ISS.
- Obrigações acessórias simplificadas.

3

## Lucro Presumido - Estimativa

- Cálculo baseado em percentuais fixos sobre receita.
- Entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- Recolhimento trimestral de IRPJ e CSLL.

4

## Lucro Real - Complexidade

- Apuração contábil detalhada obrigatória.
- Entrega mensal ou trimestral de declarações.
- Fiscalização rigorosa e maior controle.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# Como escolher o Regime Tributário ideal para a Empresa?



01

## Analise o Faturamento

Avalie faturamento anual atual e projeções realistas de crescimento para os próximos anos.

02

## Considere a Margem de Lucro

Examine a margem de lucro e estrutura de custos específica da sua empresa.

03

## Identifique as Atividades

Analise o tipo de atividade econômica e obrigações fiscais específicas do setor.

04

## Busque Orientação Profissional

Conte com orientação contábil especializada para evitar autuações e otimizar a carga tributária.

**Lembre-se:** O **planejamento tributário** é fundamental para a gestão financeira e competitividade do seu negócio. A escolha adequada do regime pode gerar economias significativas.



# Por que a escolha do REGIME TRIBUTÁRIO é decisiva?



## Impacto Financeiro Direto

A tributação afeta diretamente o lucro, fluxo de caixa e a sustentabilidade do seu negócio

## Planejamento é Essencial

Muitos empresários pagam mais impostos do que deveriam por falta de planejamento adequado

## Decisão Irretratável

A escolha vale para todo o ano fiscal e deve ser baseada em projeções reais e cuidadosas

Escolher o regime errado pode comprometer a competitividade e até levar ao fechamento da empresa

# Principais REGIMES TRIBUTÁRIOS no Brasil



## Simplex Nacional

**Para quem:** Micro e pequenas empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões

**Vantagem:** Unifica até 8 tributos em uma única guia (DAS), simplificando enormemente a gestão tributária



## Lucro Presumido

**Para quem:** Empresas com faturamento até R\$ 78 milhões anuais

**Vantagem:** Tributa com base em margem de lucro estimada pela Receita (ex: 8% comércio, 32% serviços)



## Lucro Real

**Para quem:** Grandes empresas e setores específicos (obrigatório em alguns casos)

**Vantagem:** Tributa sobre lucro líquido efetivo e permite aproveitamento de créditos fiscais



# Como escolher o regime ideal para sua empresa?

01

## Análise do Perfil

Avalie o porte, margem de lucro e setor de atuação do seu negócio

02

## Planejamento Tributário

Faça projeções financeiras para comparar custos em cada regime disponível

03

## Impacto Operacional

Considere o efeito no fluxo de caixa e a complexidade das obrigações acessórias

04

## Apoio Especializado

Conte com contador experiente para simular cenários e evitar erros custosos

05

## Acompanhamento Legal

Fique atento às mudanças na legislação, como a Reforma Tributária prevista para 2026

## Dica Final

A escolha do regime tributário não deve ser feita apenas com base no tamanho da empresa, mas sim considerando o cenário completo: margens de lucro, despesas dedutíveis, previsão de crescimento e características do setor.

Um bom planejamento tributário pode representar economia de até 40% nos impostos pagos anualmente.

# Passos essenciais para o PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O **planejamento tributário** é a estratégia legal para **reduzir custos com impostos**, evitar multas e otimizar o fluxo de caixa da sua empresa. Trata-se de uma abordagem inteligente e preventiva que garante conformidade fiscal enquanto maximiza a rentabilidade do negócio.

## Objetivo Principal

**Recolher menos tributos dentro da lei**, escolhendo o regime mais vantajoso e aproveitando todos os incentivos fiscais disponíveis.

## Benefícios Reais

Economia significativa, segurança jurídica robusta e melhor gestão financeira para crescimento sustentável e competitivo.





# GUIA PRÁTICO: como fazer o Planejamento Tributário

Siga estes passos fundamentais para estruturar um planejamento tributário eficaz e transformar a gestão fiscal da sua empresa.

01

## Coleta de Dados

Levante informações detalhadas sobre porte, estrutura societária, atividades operacionais, administrativas e financeiras. Este diagnóstico é fundamental para entender o impacto tributário atual e identificar oportunidades de otimização.

03

## Escolha do Regime Tributário

Avalie cuidadosamente os regimes disponíveis — Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Selecione aquele que oferece menor carga tributária e melhores vantagens conforme as características da empresa.

05

## Planejamento de Recolhimentos

Organize estrategicamente o calendário fiscal para adiar recolhimentos de forma legal, evitando multas. Planeje investimentos e gastos para maximizar deduções e aproveitar todos os benefícios fiscais disponíveis.

02

## Análise da Natureza Jurídica

Defina o formato legal mais adequado da empresa (MEI, LTDA, S.A.) e escolha o enquadramento fiscal que melhor se adapta ao perfil e objetivos do negócio.

04

## Incentivos Fiscais

Pesquise benefícios federais, estaduais e municipais aplicáveis ao seu setor. Garanta o cumprimento de todos os requisitos legais para usufruir plenamente desses incentivos.

06

## Monitoramento Contínuo

Revise periodicamente o planejamento para ajustar às mudanças na legislação e nas operações da empresa. Conte com apoio de contadores especializados para garantir conformidade e evitar riscos fiscais.

Com esses passos bem executados, sua empresa estará preparada para reduzir legalmente a carga tributária, evitar surpresas desagradáveis e fortalecer significativamente sua gestão financeira.

# Fundamentos do Planejamento Tributário e Princípios Constitucionais

A base legal e conceitual que sustenta toda ESTRATÉGIA TRIBUTÁRIA EFICIENTE no Brasil, desde os princípios constitucionais até as competências dos entes federativos.



# O que é PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO?



É uma estratégia legal e essencial que permite às empresas **reduzirem custos fiscais de forma lícita**, **otimizando recursos** e **melhorando a competitividade**.

Trata-se de uma ferramenta indispensável para a GESTÃO EMPRESARIAL MODERNA, integrando decisões financeiras, operacionais e estratégicas com o objetivo de **maximizar a eficiência tributária** dentro dos limites da lei.

# Princípios Constitucionais Tributários Fundamentais

## Legalidade

Tributos só podem ser instituídos ou majorados por meio de lei específica, garantindo proteção ao contribuinte contra arbitrariedades do poder público.

## Anterioridade

Tributos só podem ser cobrados no exercício seguinte ao da publicação da lei, ou após 90 dias, respeitando o planejamento dos contribuintes.

## Capacidade Contributiva

A tributação deve ser proporcional à capacidade econômica de cada contribuinte, garantindo justiça fiscal e equilíbrio social.

## Isonomia

Tratamento igualitário entre contribuintes em situações equivalentes, vedando discriminações arbitrárias e privilégios injustificados.





# Base da Segurança Jurídica

Os **princípios constitucionais tributários** são o alicerce de todo o sistema fiscal brasileiro, garantindo direitos fundamentais dos contribuintes e limitando o poder de tributar do Estado.

# O que é Planejamento Tributário Legal?

Representa o estudo antecipado e estratégico das operações empresariais com o objetivo de **reduzir legitimamente a carga tributária** dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Esta prática, conhecida tecnicamente como **elisão fiscal**, é plenamente legal e reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

É fundamental distinguir a **elisão fiscal** da **evasão fiscal**. Enquanto o planejamento tributário legal ocorre **antes do fato gerador** e respeita a legislação, a evasão representa a sonegação de tributos — uma prática ilegal que acontece após o fato gerador, mediante ocultação ou fraude.

## Princípio da Legalidade

A **elisão fiscal** está fundamentada no princípio da legalidade tributária, consagrado no Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) e na Constituição Federal, garantindo ao contribuinte o direito de estruturar seus negócios da forma mais eficiente possível.



# Fundamentos Jurídicos e Segurança Jurídica

## Base Constitucional

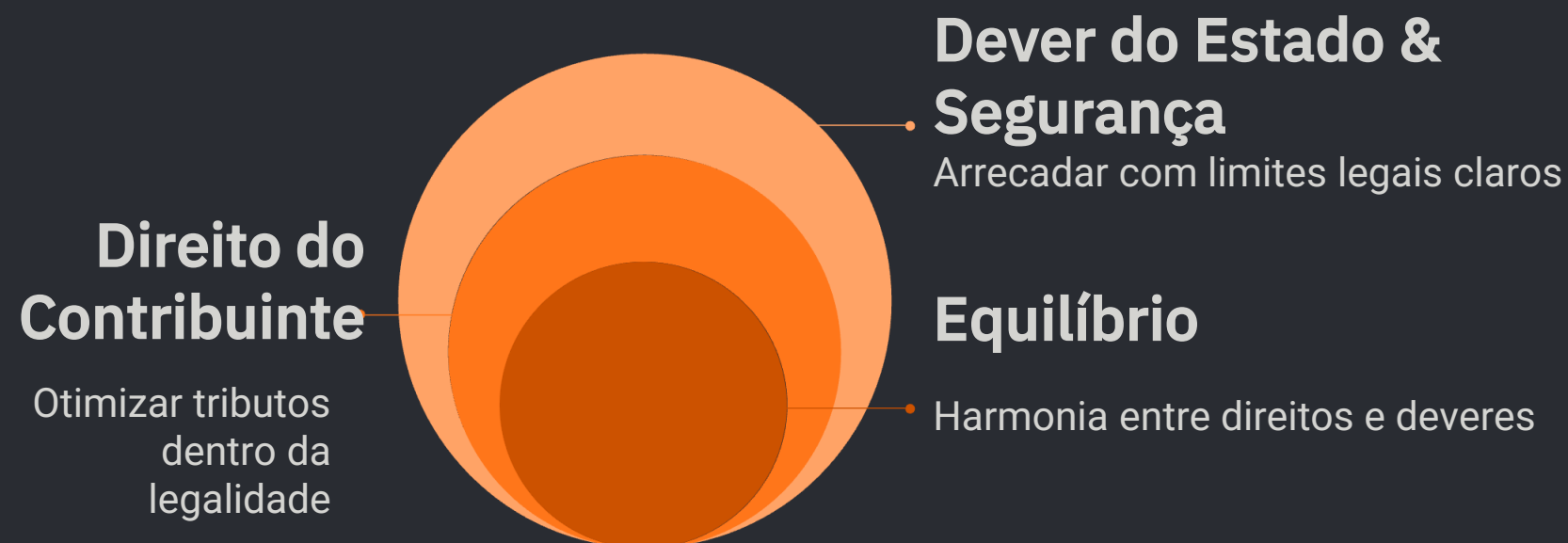
A Constituição Federal assegura expressamente o direito ao planejamento tributário, estabelecendo os limites legais e constitucionais que devem ser respeitados pelo contribuinte e pela administração pública.

## Norma Antielisão

A Lei Complementar nº 104/2001 introduziu o parágrafo único do art. 116 do CTN, permitindo à autoridade fiscal desconsiderar atos jurídicos simulados para evitar tributos.

## Desafio Regulatório

A ausência de regulamentação específica da LC 104/2001 gera insegurança jurídica, dificultando a distinção clara entre planejamento legítimo e abusivo.



O equilíbrio entre o dever do Estado de arrecadar recursos e os direitos legítimos do contribuinte de reduzir sua carga tributária é essencial para garantir um ambiente de planejamento tributário seguro e sustentável.

# Cenário Atual e Perspectivas

01

## Reforma Tributária 2023

A reforma tributária aprovada busca simplificar o sistema de impostos brasileiro, **reduzindo brechas que permitem planejamentos agressivos e práticas questionáveis**, promovendo maior transparência e previsibilidade.

03

## Ferramenta de Competitividade

O planejamento tributário legal consolida-se como instrumento legítimo e essencial para a competitividade empresarial e a sustentabilidade dos negócios no complexo cenário tributário brasileiro.

02

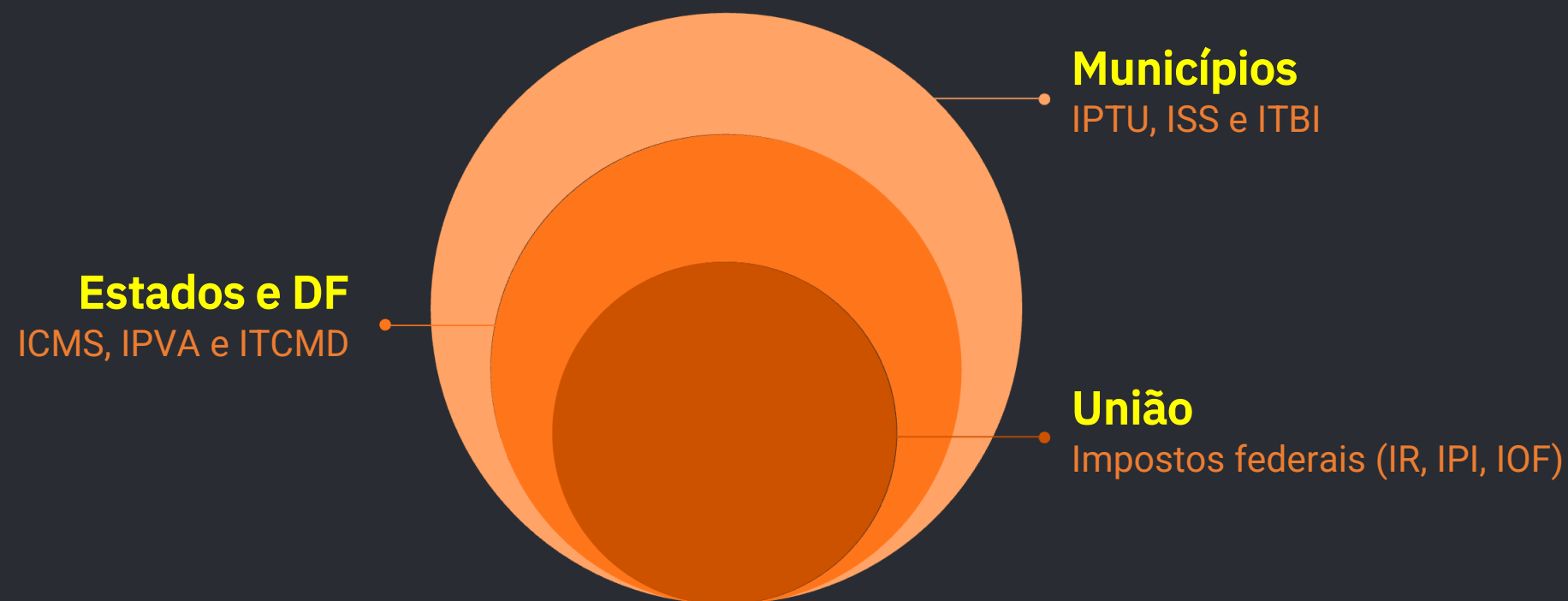
## Estratégias Empresariais

As empresas devem concentrar esforços em estratégias legais e bem fundamentadas para redução da carga tributária, evitando riscos de autuações fiscais, multas pesadas e penalidades que podem comprometer a saúde financeira do negócio.





# Competências Tributárias no Brasil



A **Constituição Federal** estabelece de forma clara e exclusiva as competências tributárias entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, evitando sobreposições.

Compreender essa distribuição é fundamental para o **planejamento tributário eficiente**, prevenindo bitributação, conflitos fiscais e garantindo o aproveitamento de incentivos específicos de cada esfera.

# O papel do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO na Gestão Empresarial



## Redução de Riscos Fiscais

Minimiza contingências tributárias, autuações e multas através de compliance preventivo e análise contínua da legislação.



## Melhoria do Fluxo de Caixa

Otimiza o capital de giro através da gestão eficiente de prazos de recolhimento e aproveitamento integral de créditos tributários.



## Aumento da Competitividade

Reduz custos operacionais e melhora a precificação, permitindo posicionamento mais estratégico no mercado nacional e internacional.



# Tipos de PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estratégias para Otimização Fiscal

Descubra como estruturar uma gestão tributária eficiente e legalmente segura para o crescimento sustentável do seu negócio.



# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO OPERACIONAL



**Escrituração** **Aproveitamento** **Cumprimento**

Ações práticas e rotineiras para gestão fiscal eficiente no dia a dia.

## Foco no Curto Prazo

Horizonte de **3 a 6 meses**, com ações imediatas e mensuráveis.

## Práticas Essenciais

- Escrituração fiscal correta e tempestiva
- Aproveitamento integral de créditos fiscais disponíveis
- Antecipação estratégica de pagamentos
- Gestão rigorosa de prazos de recolhimento
- Conformidade diária com obrigações acessórias





# Planejamento Tributário ESTRATÉGICO e TÁTICO



## Planejamento Estratégico

**Visão de longo prazo:** 5 a 10 anos, focando decisões estruturais sobre regime tributário, forma jurídica e arquitetura do negócio.

**Exemplos:** Reorganizações societárias, *holding* patrimonial, internacionalização tributária.



## Planejamento Tático

**Horizonte de médio prazo:** Adaptações ágeis para aproveitar oportunidades fiscais e mudanças legislativas.

**Exemplos:** Escolha do local da empresa para ISS reduzido, aproveitamento de incentivos fiscais regionais, ajustes em contratos para otimização tributária.

# A Reforma Tributária Brasileira e suas implicações

A transformação mais significativa do **SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO** em décadas, trazendo simplificação, transparência e novos desafios para a gestão empresarial.



# A Emenda Constitucional 132/2023: marco da Reforma Tributária

## Marco Histórico

Aprovada em dezembro de 2023, representa a maior reforma tributária da história brasileira, com vigência iniciada progressivamente a partir de 2026.



## Simplificação Radical

Consolida 5 tributos complexos em apenas 2 impostos modernos: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal), reduzindo drasticamente a burocracia e os custos de conformidade.

- Extinção gradual de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS
- Criação de sistema integrado e transparente
- Harmonização de regras em todo território nacional

# O Modelo IVA Dual: inovação e simplificação



## Consolidação Tributária

CBS e IBS substituem 5 tributos distintos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS), eliminando a complexidade do atual sistema cumulativo e suas inúmeras exceções.



## Não Cumulatividade Plena

Créditos tributários garantidos em todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo bens de uso e ativos imobilizados, acabando com o efeito cascata.



## Tributação no Destino

Fim da guerra fiscal entre estados, com tributos recolhidos onde ocorre o consumo, promovendo neutralidade e justiça federativa.





# Tributação no Destino

A mudança do princípio de origem para destino redistribui receitas de forma mais justa entre os estados, beneficiando aqueles com maior consumo e população.

AX FLOW

Poreldieter degiaction.

Rahor de focrecções

Tonon tarttar asgeusiép ocira fer taxaatiños

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

REAAS.

5108 Magnituoos	02.170 Conmeno	68.930 Cateitlor
16.000 ConBuidenos	199.400 Manecla	26000 Vuheto

# Cronograma de Transição da Reforma Tributária

## 2026: Fase de Testes

Início com alíquotas simbólicas (CBS 0,9%, IBS 0,1%) para ajustes de sistemas e processos sem impacto financeiro significativo.

## 2029-2032: Expansão

Ampliação progressiva do IBS com redução proporcional de ICMS e ISS, preparando empresas e governos para o modelo definitivo.

1

2

3

4

## 2027-2028: Convivência

Operação paralela dos sistemas antigo e novo, com aumento gradual das alíquotas da CBS e IBS e manutenção parcial dos tributos anteriores.

## 2033: Consolidação

Sistema totalmente implementado, com extinção completa dos tributos anteriores e plena operação do modelo IVA dual brasileiro.



# Impactos da Reforma para as Empresas

A **Reforma Tributária** exige adaptações profundas em todas as dimensões da gestão empresarial, desde a escolha estratégica do regime tributário até a completa reformulação de processos operacionais.

Empresas precisam revisar estruturas societárias, investir em tecnologia e capacitar equipes para aproveitar as oportunidades e mitigar riscos da transição.

# Gestão de Créditos Tributários no Novo Sistema

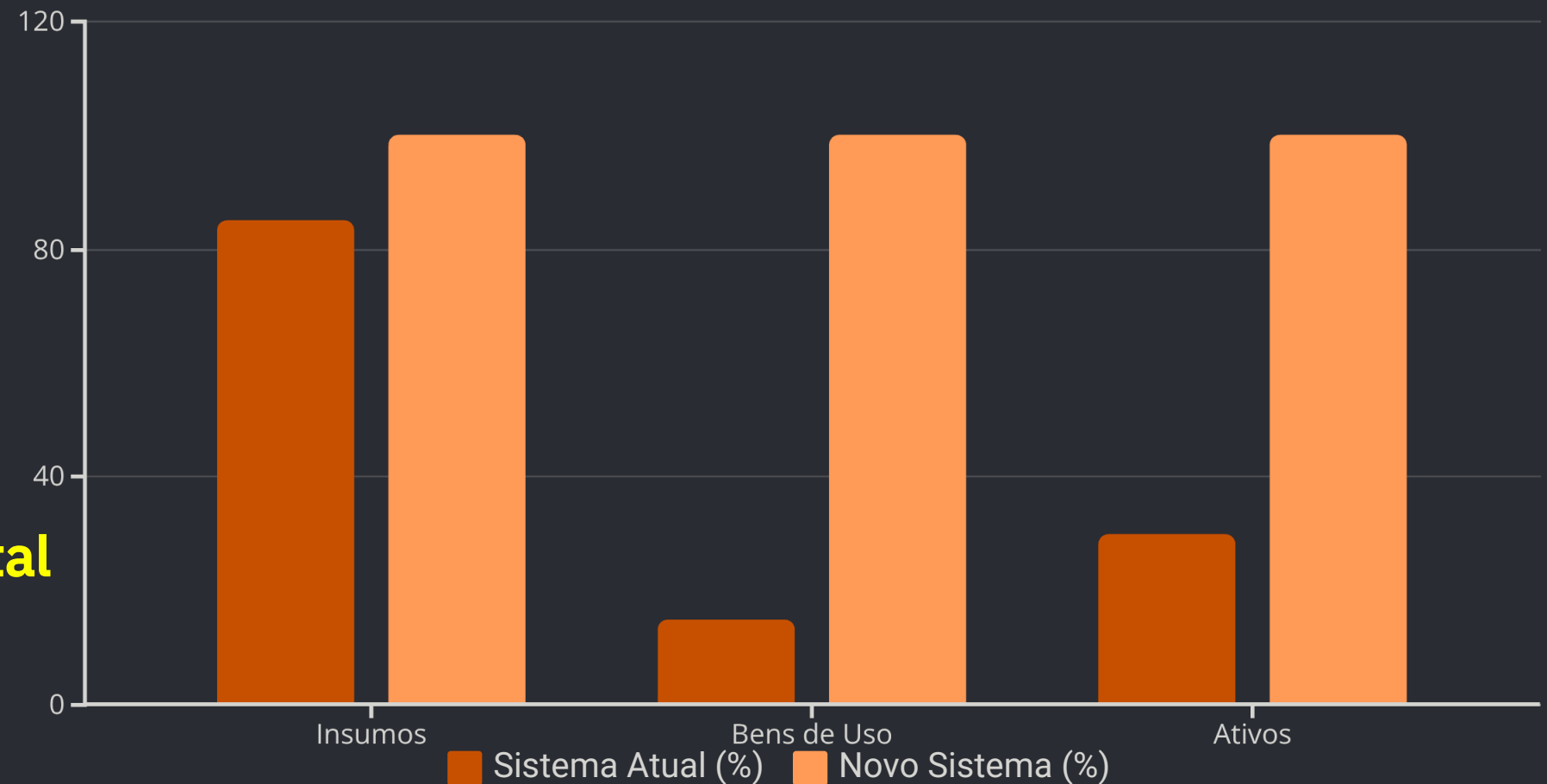
## Crédito Amplo e Automático

O novo sistema garante direito ao crédito em todas as aquisições, incluindo bens de uso, consumo e ativos imobilizados, revolucionando a gestão do fluxo de caixa.

Essa mudança representa ganho significativo para setores com cadeias produtivas longas e investimentos intensivos em capital.

## Importância da Gestão Documental

A validação dos créditos depende da correta emissão e recebimento de documentos fiscais eletrônicos, exigindo controles rigorosos e sistemas integrados.







# Gestão Documental e *Compliance*

O controle rigoroso da documentação fiscal eletrônica é a chave para garantir o aproveitamento integral dos créditos tributários e evitar contingências.

# O Comitê Gestor do IBS e a Câmara Nacional de Integração do Contencioso

## Governança Integrada

Novas estruturas de gestão compartilhada entre União, Estados e Municípios garantem harmonização e aplicação uniforme das regras tributárias.



O **Comitê Gestor do IBS** coordena a arrecadação e distribuição do tributo entre estados e municípios, enquanto a Câmara Nacional unifica o contencioso tributário.

Essas inovações institucionais prometem reduzir drasticamente litígios fiscais, aumentar a previsibilidade jurídica e acelerar a resolução de disputas, beneficiando empresas e governos.



# Estratégias Práticas de Planejamento Tributário Pós-Reforma

Abordagens concretas e aplicáveis para empresas navegarem com sucesso pelo novo cenário tributário, maximizando oportunidades e minimizando riscos.

# Escolha do Regime Tributário Adequado

## Simples Nacional

**Vantagens:** Simplicidade operacional e carga reduzida para pequenas empresas com faturamento limitado.

**Limitações:** Restrições de crédito e possível perda de competitividade em cadeias com tributação plena.

## Lucro Presumido

**Vantagens:** Menor complexidade contábil e previsibilidade na apuração dos tributos.

**Riscos:** Impossibilidade de aproveitamento de créditos tributários pode aumentar custos efetivos significativamente.

## Lucro Real

**Vantagens:** Aproveitamento integral de créditos, ideal para empresas com alto volume de insumos e investimentos.

**Considerações:** Maior complexidade operacional, mas potencial de economia tributária expressiva no novo modelo.



# Reestruturação Societária para Eficiência Fiscal

## Agrupamento e Segmentação

Avaliar a possibilidade de agrupar ou segmentar operações empresariais para otimizar a tributação, aproveitando diferentes regimes e incentivos disponíveis.

## Análise de Fluxos

Mapear detalhadamente o fluxo de transações e atividades entre empresas do grupo para maximizar o aproveitamento de créditos tributários e reduzir a carga efetiva.

A reestruturação deve considerar não apenas aspectos tributários, mas também operacionais, jurídicos e de governança corporativa.



# Logística e Tributação: nova realidade

A neutralidade fiscal entre estados promove decisões logísticas mais eficientes, baseadas em proximidade de mercado, custos reais e qualidade de infraestrutura.



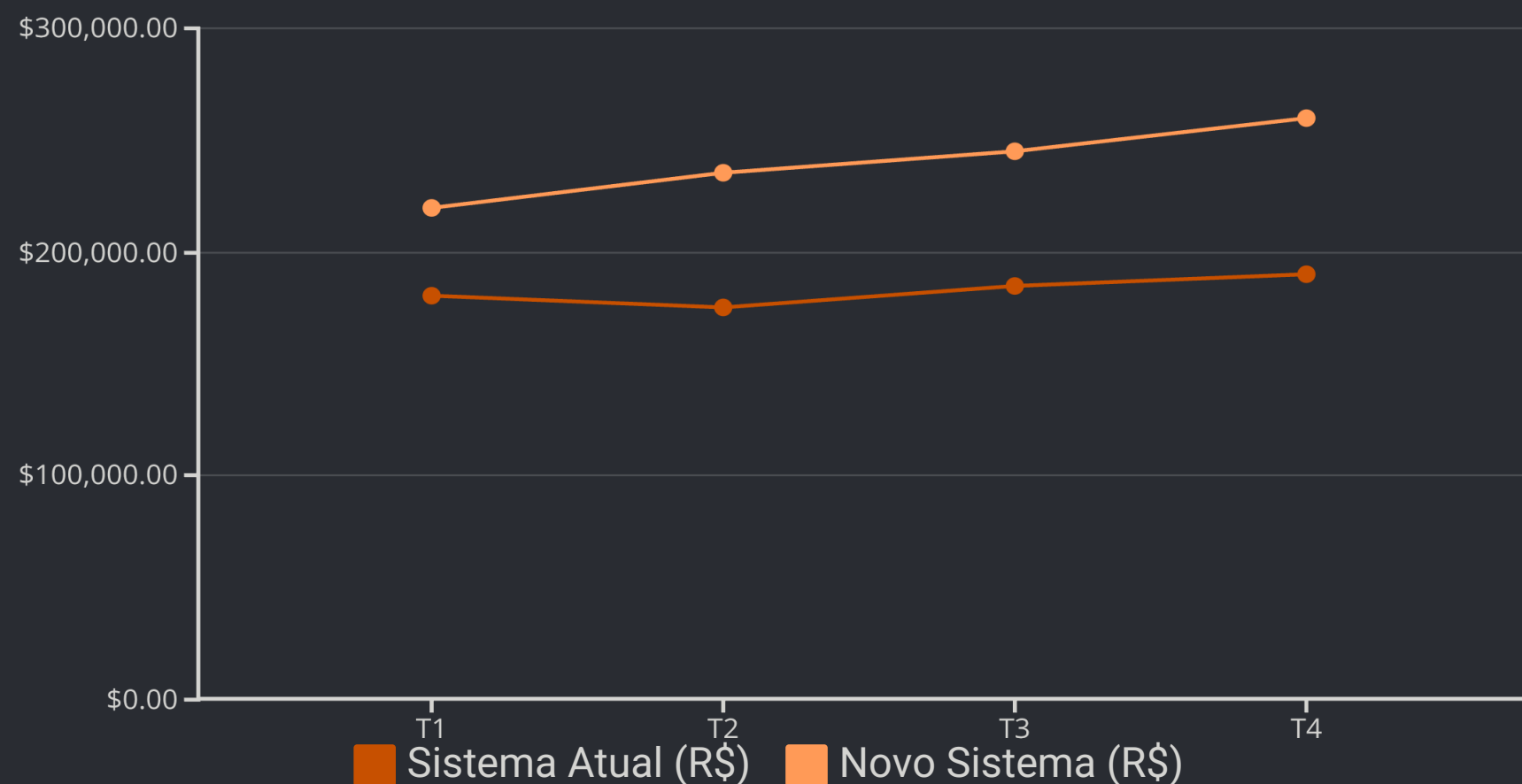


# Otimização do Fluxo de Caixa e Capital de Giro

## Impacto dos Créditos Tributários

A devolução ou compensação mais ágil de créditos tributários no novo sistema pode melhorar significativamente o fluxo de caixa das empresas.

Empresas com ciclos de produção longos ou investimentos intensivos em capital serão especialmente beneficiadas pela não cumulatividade plena.





# Tecnologia e *Compliance* Fiscal



## Sistemas ERP Integrados

Investimento em plataformas tecnológicas robustas que integrem fiscal, contábil e financeiro, com automação da apuração de tributos e gestão de créditos.



## Monitoramento Contínuo

Implementação de controles automáticos para obrigações acessórias, emissão correta de documentos fiscais e validação de informações em tempo real.



## *Analytics* e Inteligência

Uso de ferramentas de análise de dados para identificar oportunidades de economia tributária e antecipar riscos fiscais antes que se tornem contingências.

# CASOS REAIS: Empresas que se adaptaram com Sucesso

## Exemplo 1: Indústria

**Desafio:** Alto volume de insumos e investimentos em maquinário sem aproveitamento pleno de créditos.

**Solução:** Migração para Lucro Real e revisão da cadeia de fornecedores.

**Resultado:** Ampliação de 40% nos créditos tributários e redução de 18% na carga efetiva.

## Exemplo 2: Varejista

**Desafio:** Múltiplos centros de distribuição em estados com diferentes incentivos fiscais.

**Solução:** Centralização logística e otimização de rotas considerando proximidade de mercado.

**Resultado:** Redução de 12% nos custos logísticos e tributários combinados, melhoria na entrega.

# Desafios, Oportunidades e Futuro do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Perspectivas de longo prazo sobre como a **REFORMA TRIBUTÁRIA** transformará o ambiente de negócios brasileiro e o papel estratégico do planejamento fiscal.



# Desafios da Transição para o Novo Sistema

## Complexidade da Convivência

Durante o período de transição (2026-2032), empresas precisarão operar simultaneamente com dois sistemas tributários distintos, duplicando controles e aumentando custos de conformidade.

## Capacitação de Equipes

A mudança radical no modelo tributário exige reciclagem profunda dos profissionais de contabilidade, finanças e TI, além de mudança cultural em toda organização.

## Investimentos em Tecnologia

Adequação de sistemas legados ou implementação de novas plataformas requer investimentos significativos em curto prazo, com retorno apenas no médio e longo prazo.

# Oportunidades para Inovação e Competitividade

## Simplificação como Alavanca

A redução da complexidade tributária libera recursos gerenciais e financeiros para foco em inovação, expansão de mercados e desenvolvimento de produtos.

## Transparência e Segurança

Maior previsibilidade e redução do contencioso tributário criam ambiente mais favorável para planejamento de longo prazo e atração de investimentos nacionais e estrangeiros.

Empresas que se anteciparem à reforma terão vantagem competitiva significativa no novo cenário.



# Impactos Setoriais da Reforma Tributária

## Setores Beneficiados

Indústrias com cadeias produtivas longas e complexas, como manufatura, construção civil e agronegócio, terão ganhos expressivos com a não cumulatividade plena.

Setores de serviços integrados a cadeias produtivas também se beneficiarão do aproveitamento de créditos antes limitados.

## Setores que Demandam Atenção

Comércio varejista e pequenas empresas precisarão avaliar cuidadosamente a permanência no Simples Nacional versus migração para outros regimes.

Setores que hoje se beneficiam de incentivos fiscais estaduais precisarão repensar estratégias de localização e estruturação de operações.





# Impactos Setoriais

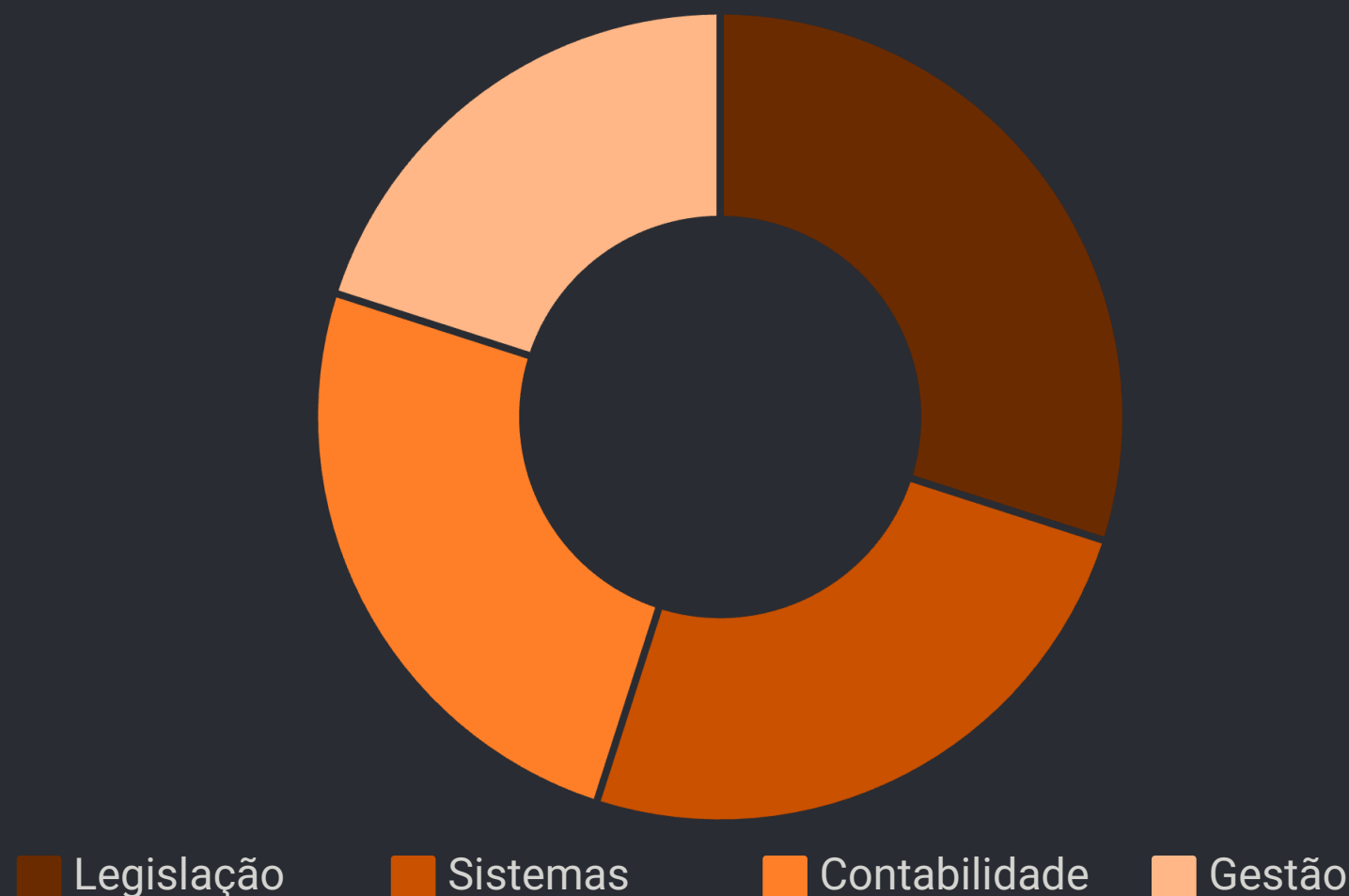
Estudos indicam redistribuição da carga tributária entre setores, com manufatura e serviços B2B tendendo a redução, enquanto comércio pode ter leve aumento.

# A Importância da Educação e Atualização Contínua

## Formação Especializada

O novo sistema tributário demanda profissionais com conhecimento profundo em contabilidade, direito tributário, tecnologia e gestão empresarial integrada.

Universidades, órgãos de classe e instituições especializadas precisam adaptar currículos e oferecer programas de capacitação específicos para a reforma.



# O Papel do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO na Sustentabilidade Empresarial



## Governança

Transparência e ética na tomada de decisões

## Responsabilidade Fiscal

Compliance e contribuição social responsável

## Perenidade

Crescimento sustentável e longo prazo

O **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO MODERNO** transcende a simples economia de impostos, alinhando-se com princípios de governança corporativa e responsabilidade social.

Empresas sustentáveis reconhecem que o cumprimento adequado das obrigações fiscais é parte essencial de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

A eficiência tributária, quando obtida de forma ética e legal, fortalece a competitividade e garante recursos para investimentos em inovação, pessoas e comunidades.



# PERSPECTIVAS FUTURAS: Reforma Tributária e Desenvolvimento Econômico



## Aumento da Produtividade

Simplificação tributária reduz custos de conformidade, libera recursos e permite foco em atividades produtivas e inovação.



## Atração de Investimentos

Sistema tributário transparente e previsível aumenta confiança de investidores nacionais e estrangeiros no Brasil.



## Referência Internacional

Brasil pode se tornar modelo de modernização tributária para economias emergentes e consolidar posição no comércio global.



# Visão de Futuro

A **REFORMA TRIBUTÁRIA** representa oportunidade histórica para o Brasil dar salto qualitativo em competitividade, eficiência econômica e justiça fiscal.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# CONCLUSÃO: Planejamento Tributário como Pilar Estratégico

## Antecipação e Adaptação

Empresas que começarem agora a se preparar para a reforma terão vantagens competitivas decisivas nos próximos anos.



O **planejamento tributário** deixou de ser apenas uma ferramenta de redução de custos para se tornar elemento central da estratégia empresarial.

O sucesso no novo cenário depende da integração entre áreas financeira, jurídica, tecnológica e operacional, com visão de longo prazo e compromisso com excelência e *compliance*.

A Reforma Tributária é um divisor de águas: empresas preparadas prosperarão, enquanto aquelas que adiarem a adaptação enfrentarão crescentes dificuldades competitivas.



# Perguntas Frequentes sobre PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO e Reforma

Respostas às dúvidas mais comuns de gestores e empresários sobre como navegar com  
SUCESSO PELA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA.

# 1: Como escolher o REGIME TRIBUTÁRIO IDEAL pós-reforma?

01

## **Análise do Perfil da Empresa**

Avalie faturamento, margem de lucro, natureza das operações e perspectivas de crescimento para identificar o regime mais adequado.

02

## **Mapeamento de Insumos**

Identifique volume e valor de insumos tributáveis adquiridos, que geram créditos no Lucro Real mas não em outros regimes.

03

## **Simulação Comparativa**

Realize simulações detalhadas comparando carga tributária efetiva em cada regime, considerando o novo modelo IVA.

04

## **Revisão Periódica**

Reavalie anualmente a escolha do regime, pois mudanças no negócio ou legislação podem alterar o cenário ideal.

## 2: Quais os principais riscos do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO INADEQUADO?

### Consequências Financeiras

- Multas e autuações fiscais que podem alcançar 150% do tributo devido
- Perda de créditos tributários por documentação inadequada
- Custos elevados de conformidade por retrabalho e processos ineficientes

### Impactos Competitivos

- Carga tributária efetiva superior à dos concorrentes
- Dificuldades no fluxo de caixa comprometendo investimentos
- Perda de oportunidades de negócio por preços não competitivos



PROFESSOR  
*Silvio Crepaldi*



# 3: Como a tecnologia pode ajudar na GESTÃO TRIBUTÁRIA?



## Automação de Processos

Eliminação de tarefas manuais repetitivas na apuração de tributos, emissão de documentos fiscais e conciliação de créditos, reduzindo erros e liberando equipes para atividades estratégicas.



## Controle Documental

Gestão centralizada de notas fiscais eletrônicas com validação automática de informações, garantindo aproveitamento integral de créditos e *compliance* com obrigações acessórias.



## Análise em Tempo Real

*Dashboards* com indicadores de desempenho tributário, alertas de riscos e oportunidades, permitindo decisões ágeis e baseadas em dados concretos.

# 4: Quais os prazos para adaptação às novas regras?

## Cronograma Oficial

A transição se estende até 2033, mas a preparação deve começar imediatamente para evitar surpresas e aproveitar oportunidades desde as fases iniciais.

**2026:** Início da fase de testes - momento ideal para ajustar sistemas e processos

**2027-2028:** Convivência entre sistemas exige controles duplos e atenção redobrada

**2029-2032:** Expansão gradual aumenta impacto financeiro das decisões estratégicas

## Ação Imediata

Empresas devem iniciar diagnóstico tributário completo ainda em 2024-2025, permitindo tempo adequado para planejamento, investimentos em tecnologia e capacitação de equipes.

Quanto mais cedo a preparação, maiores as chances de aproveitar vantagens competitivas durante a transição.

# Glossário de Termos Tributários Essenciais

Definições claras dos principais conceitos e siglas que todo gestor precisa dominar para navegar pela Reforma Tributária com confiança.



# Termo 1: IVA Dual

## Definição

Modelo de Imposto sobre Valor Agregado com duas competências distintas operando em paralelo.



É o **SISTEMA TRIBUTÁRIO** adotado pela Reforma Brasileira, onde coexistem um tributo federal (CBS) e um tributo estadual-municipal (IBS), ambos incidindo sobre o valor agregado em cada etapa da cadeia produtiva.

Diferentemente do IVA único europeu, o modelo dual brasileiro preserva a autonomia federativa, mas mantém harmonização de regras, alíquotas e gestão integrada para evitar conflitos e garantir neutralidade.

# Termo 2: CBS

## Definição

Contribuição sobre Bens e Serviços de competência federal que substitui PIS, Cofins e IPI.



A **CBS** é o componente federal do IVA dual brasileiro, unificando três tributos complexos em um único imposto sobre o valor agregado, com apuração simplificada e não cumulatividade plena.

Incide sobre operações com bens e serviços em todo território nacional, com arrecadação destinada à União e gestão integrada com o IBS para garantir neutralidade tributária nas cadeias produtivas.

# Termo 3: IBS

## Definição

Imposto sobre Bens e Serviços de competência estadual e municipal que substitui ICMS e ISS.



O **IBS** é o componente subnacional do IVA dual, gerido pelo Comitê Gestor com participação de estados e municípios, unificando dois tributos historicamente conflituosos.

Opera com legislação única em todo país, mas arrecadação distribuída entre estados e municípios conforme local de consumo, eliminando guerra fiscal e incentivando eficiência na gestão pública.



# Termo 4: Não Cumulatividade

## Definição

Princípio que garante direito ao crédito tributário em todas as etapas da cadeia produtiva.



A **não cumulatividade plena** permite que empresas deduzam todos os tributos pagos em aquisições (insumos, serviços, bens de uso e ativos) do valor devido nas vendas, evitando tributação em cascata.

No novo sistema, esse princípio é ampliado para incluir também bens de capital e ativos imobilizados, beneficiando especialmente setores com investimentos intensivos e cadeias produtivas longas.

# Termo 5: Regime Tributário

## Definição

Forma de apuração e recolhimento dos tributos escolhida pela empresa conforme perfil e faturamento.



O **regime tributário** define as regras para cálculo dos tributos: Simples Nacional (simplificado para pequenas empresas), Lucro Presumido (presunção de margem) ou Lucro Real (apuração sobre resultado efetivo).

A escolha impacta diretamente a carga tributária efetiva, o aproveitamento de créditos e a complexidade operacional, devendo ser reavaliada anualmente ou quando houver mudanças significativas no negócio.

# Ferramentas e Recursos para o PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Soluções tecnológicas, serviços especializados e indicadores essenciais para implementar e monitorar estratégias tributárias eficientes no contexto da Reforma.

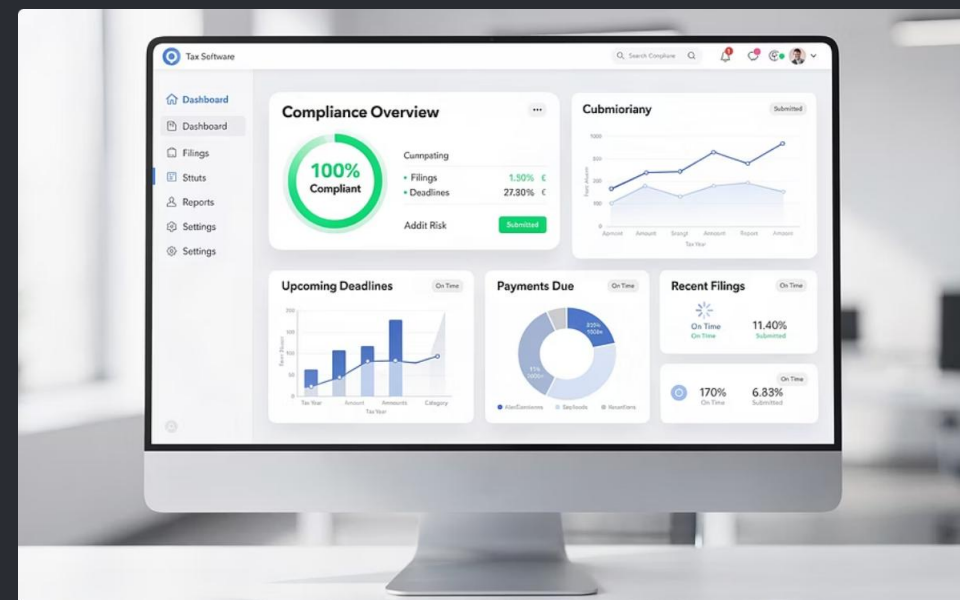


# Software de Gestão Fiscal e ERP



## Sistemas Integrados

Plataformas ERP líderes como SAP, TOTVS e Oracle oferecem módulos fiscais preparados para a reforma, com automação completa desde apuração até obrigações acessórias.



## Soluções Especializadas

Softwares focados em gestão tributária como Thomson Reuters ONESOURCE, Avalara e Sovos proporcionam controles detalhados e atualizações regulatórias constantes.

# Consultorias e Serviços Especializados

## Suporte Técnico e Jurídico

Consultorias tributárias como *Big Four* (Deloitte, PwC, EY, KPMG) e escritórios especializados oferecem diagnósticos, planejamento estratégico e suporte na implementação de mudanças.

Assessoria jurídica tributária é fundamental para análise de riscos, interpretação de legislação e defesa em eventuais contenciosos, especialmente durante período de transição da reforma.

Investimento em consultoria especializada tem retorno rápido através de economia tributária, redução de riscos e otimização de processos.



PROFESSOR  
*Silvio Cherpaldi*

# Indicadores de Desempenho Tributário

25%

92%

3.2%

15

## Carga Tributária Efetiva

Percentual do faturamento destinado ao pagamento de tributos, indicador principal de eficiência fiscal

## Taxa de Aproveitamento de Créditos

Proporção dos créditos tributários efetivamente utilizados em relação aos disponíveis

## Custo de Conformidade

Recursos dedicados a *compliance* fiscal como percentual do faturamento total

## Dias de Caixa

Impacto dos créditos tributários no capital de giro da empresa



# Tecnologia a Favor da Gestão

Soluções modernas transformam complexidade tributária em vantagem competitiva através de automação, inteligência artificial e *analytics* avançados.



# Estudos de Caso Detalhados

Análises aprofundadas de empresas reais que implementaram estratégias bem-sucedidas de PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, com resultados mensuráveis e lições aplicáveis.

# Caso 1: Empresa do Setor Industrial

## Perfil da Empresa

Indústria de médio porte do setor metalúrgico com faturamento de R\$ 80 milhões anuais, operando no Lucro Presumido há 10 anos.

## Desafio Identificado

Alto volume de insumos e investimentos recentes em maquinário moderno sem possibilidade de aproveitamento de créditos tributários, resultando em carga efetiva acima da média do setor.

## Estratégia Implementada

Migração para Lucro Real com revisão completa da cadeia de fornecedores, implementação de ERP integrado e capacitação da equipe fiscal para gestão de créditos.

## Resultados Obtidos

Redução de 15% na carga tributária efetiva, aumento de 40% no aproveitamento de créditos, melhoria de 20% no capital de giro e maior previsibilidade financeira.

# Caso 2: Empresa do Varejo

## Perfil da Empresa

Rede varejista de produtos eletrônicos com 45 lojas distribuídas em 8 estados, faturamento anual de R\$ 250 milhões e estrutura pulverizada de centros de distribuição.

## Desafio Identificado

Múltiplos centros de distribuição localizados estrategicamente para aproveitar incentivos fiscais estaduais que serão extintos, com alta complexidade logística e custos operacionais crescentes.

## Estratégia Implementada

Centralização de dois centros de distribuição estratégicos próximos aos principais mercados, otimização de rotas, implementação de sistema de gestão de créditos tributários automatizado.

## Resultados Obtidos

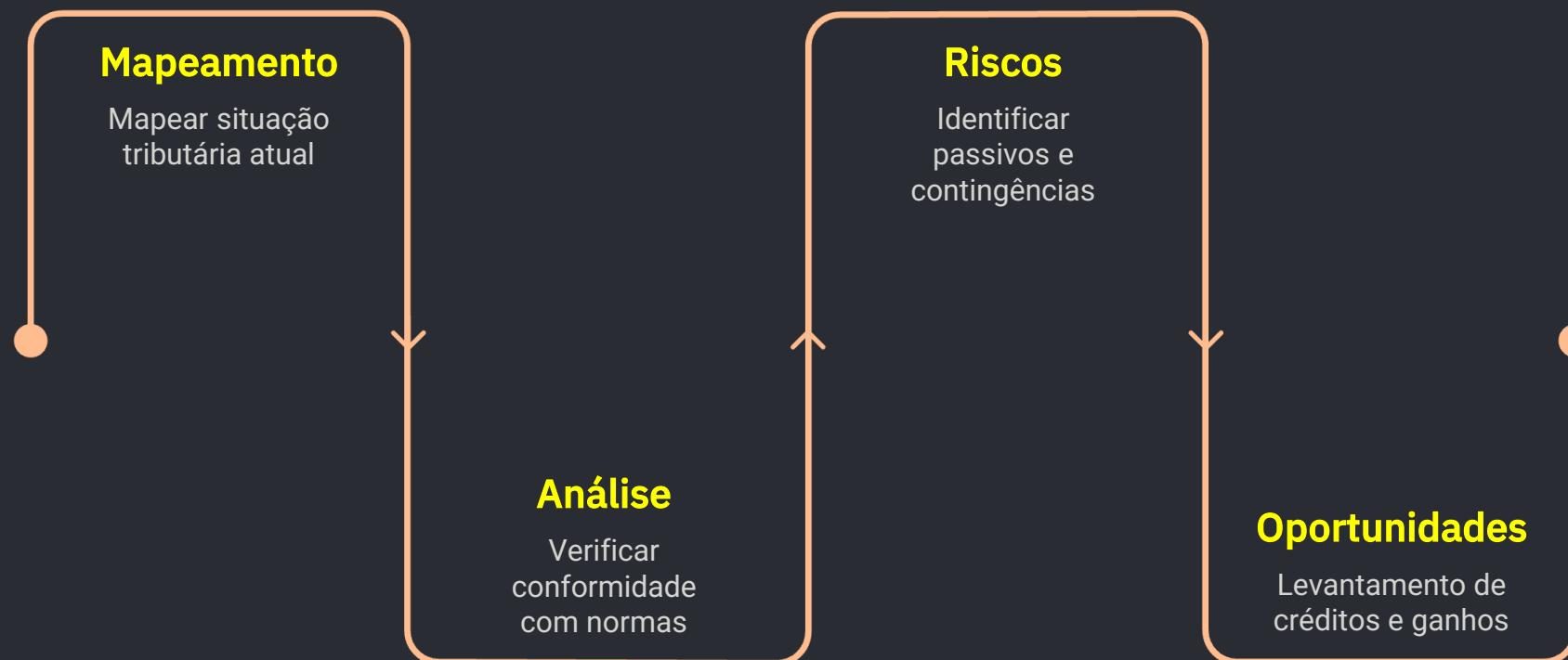
Redução de 12% nos custos logísticos e tributários combinados, melhoria de 25% no prazo médio de entrega, diminuição de 30% no custo de conformidade fiscal.



# Recomendações para Implantação do Planejamento Tributário

Roteiro prático em 4 passos para estruturar e implementar PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO alinhado à Reforma, com foco em resultados sustentáveis.

# Passo 1: Diagnóstico Tributário Completo



## Análise Profunda da Situação Atual

Realize mapeamento detalhado de todos os tributos recolhidos, regimes adotados, créditos aproveitados e obrigações acessórias cumpridas nos últimos 5 anos.

Identifique gaps de conformidade, contingências potenciais e oportunidades de recuperação de créditos ou retificações que possam gerar economia imediata.

Avalie impactos específicos da Reforma Tributária no seu modelo de negócio, considerando cadeia de fornecedores, clientes e estrutura operacional.

# Passo 2: Definição de Estratégias Personalizadas

## Alinhamento Estratégico

Desenvolva estratégias tributárias integradas aos objetivos financeiros e operacionais da empresa, considerando planos de expansão, investimentos e posicionamento competitivo.

Defina regime tributário ideal, estrutura societária otimizada, políticas de precificação e gestão de créditos alinhadas ao novo cenário da reforma.

01

---

Simulações comparativas de cenários

02

---

Análise custo-benefício de mudanças

03

---

Aprovação pela alta gestão

04

---

Cronograma de implementação

# Passo 3: Implementação e Monitoramento Contínuo

1

## Execução Controlada

Implemente mudanças de forma gradual e controlada, começando por projetos piloto e expandindo após validação de resultados e ajustes necessários.

2

## Sistemas e Processos

Adeque ou substitua sistemas tecnológicos, redesenhe processos operacionais e estabeleça controles internos robustos para garantir conformidade e eficiência.

3

## Monitoramento Ativo

Implemente *dashboards* com KPIs tributários, estabeleça rotinas de revisão mensal e trimestral, e mantenha canal direto com consultores para dúvidas e atualizações.

4

## Ajustes Periódicos

Realize revisões semestrais das estratégias, ajustando conforme mudanças na legislação, resultados obtidos e evolução do ambiente de negócios.



## Passo 4: Capacitação e Treinamento das Equipes



### Desenvolvimento de Competências

Invista em programas abrangentes de capacitação para equipes de finanças, contabilidade, TI e operações, garantindo domínio técnico das mudanças da reforma.

Promova *workshops* práticos, certificações especializadas e *benchmarking* com empresas referência para elevar padrão de conhecimento e criar cultura de excelência fiscal.

### Atualização Contínua

Estabeleça rotina de atualização através de participação em seminários, assinaturas de publicações especializadas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa tributária.

# Convite à Ação: Prepare Sua Empresa para o Futuro Tributário

## O Momento é Agora

A Reforma Tributária representa a maior transformação fiscal em décadas. Empresas que se anteciparem terão vantagens competitivas decisivas.



Não espere 2026 para começar. Inicie hoje seu diagnóstico tributário, avalie impactos no seu negócio e desenvolva estratégias customizadas para sua realidade.

Invista em **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO**, tecnologia adequada e capacitação de equipes. A sustentabilidade e competitividade da sua empresa nos próximos anos dependem das decisões que você tomar agora.



# Reforma Tributária: quando cada mudança entra em vigor?

Entenda a transição do sistema atual até 2033



**2023–2025**  
Aprovação e  
regulamentação

- Reforma aprovada na Constituição
- Leis Complementares definem regras
- Regimes diferenciados e exceções



**2026**  
Ano TESTE da  
CBS e do IBS

**CBS: 0,9%**

**IBS: 0,1%**

A aplicação não altera a carga tributária, desde que haja compensação com PIS/Cofins. Valores compensáveis com PIS/Cofins. **Objetivo:** testar sistemas e fiscalização



PIS, Cofins, ICMS e ISS continuam existindo



**2027**  
Início da  
transição real

- Extinção de PIS e Cofins
- CBS passa a ser tributo definitivo, substituindo PIS e Cofins.
- IPI zerado (exceto Zona Franca de Manaus)
- Criação do Imposto Seletivo



**2029–2032**  
Transição ICMS  
e ISS → IBS

2029:	IBS 10%   ICMS/ISS	90%
2030:	IBS 20%   ICMS/ISS	80%
2031:	IBS 30%   ICMS/ISS	70%
2032:	IBS 40%   ICMS/ISS	60%

Período de maior complexidade tributária. Dois sistemas ao mesmo tempo  
Maior complexidade operacional



**2033**  
Novo sistema  
em vigor

- Extinção total de ICMS e ISS
- IBS passa a valer 100%
- Modelo IVA Dual completo:
  - CBS (federal)
  - IBS (estadual e municipal)



# Como economizar impostos na hora de abrir sua empresa

Planejamento tributário começa antes do CNPJ nascer



## Escolha correta do CNAE

- Define o anexo do Simples Nacional
- Impacta a alíquota inicial
- Pode gerar retenções
- Influencia benefícios fiscais

## CNAE Principal x Secundário

Principal = atividade que mais fatura

Secundários

= atividades complementares

- Definir errado pode aumentar impostos
- Pode gerar fiscalizações e licenças adicionais

## Impacto do CNAE nas Taxas Municipais

CNAE errado pode gerar custos antes mesmo do faturamento

- Algumas prefeituras cobram alvará apenas do CNAE principal
- Outras cobram taxa adicional por CNAEs secundários
- Grau de risco de atividade influencia valores
- CNAEs podem exigir licenças específicas



Corpo de Bombeiros



Vigilância Sanitária



Licença Ambiental



Alvará Municipal

Licenças variam conforme atividade e município

## Escolha do Regime Tributário

	Regime	Quando compensa
1	Simples Nacional	Menor faturamento
2	Lucro Presumido	Alta margem
3	Lucro Real	Margem reduzida

Escolha errada = imposto maior desde o início

## Localização também impacta impostos

- ISS varia conforme município (2% a 5%)
- Pode haver retenções
- Incentivos fiscais locais

Abrir no município errado aumenta carga tributária

## Fator R pode reduzir impostos

- Aplica para atividades do Anexo V
- Folha  $\geq 28\%$  do faturamento
- Pode reduzir a alíquota de  $\sim 15,5\%$  para  $\sim 6\%$

Economia de até 60%

## Erros que fazem pagar mais imposto

- Copiar CNAE de outra empresa
- Não analisar o Fator R
- Escolher regime automático
- Ignorar licenças obrigatórias



# EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS:

## Benefícios Tributários para Empresas que Atendem o Exterior

Reduza impostos de forma legal atendendo clientes internacionais



### Quando é considerado exportação?

- Cliente localizado no exterior
- Pagamento vindo do exterior
- Resultado do serviço fora do Brasil



### Benefícios Tributários

- ✓ ISS: Não incide quando o resultado ocorre no exterior
- ✓ PIS: Alíquota zero
- ✓ COFINS: Alíquota zero
- ➔ Entrada de recursos em moeda estrangeira

**Economia tributária pode chegar a até 40%**



### Comparativo de Carga Tributária



Carga média:  
17% a 20%

**Redução  
Tributária**



Carga média:  
10% a 12%

**Serviço prestado  
no Brasil**

**Exportação  
de Serviços**

Percentuais médios — podem variar conforme regime tributário



### Quem pode se beneficiar

Em transição para CBS e IBS — exportações seguem desoneradas.



• Infoprodutores



• Gestores de tráfego



• Desenvolvedores



• Agências de marketing



• Designers



• SaaS



• Consultores



• Mentores



### Pontos de Atenção

- Resultado do serviço não pode ocorrer no Brasil
- Necessário contrato internacional
- Comprovação de pagamento exterior
- Segregação contábil das receitas



# FLUXO DOS TRIBUTOS NA CADEIA DE CONSUMO

## Da Produção ao Consumidor Final



### ETAPA 1 — INDÚSTRIA / FABRICANTE

A indústria produz o bem e realiza a primeira venda da cadeia. Sobre essa operação incide o tributo, gerando o primeiro débito tributário e também o crédito que será aproveitado pelas próximas etapas.

● Produção ● Venda inicial ● Geração de crédito

**O tributo não se acumula — se compensa.**



### ETAPA 2 — DISTRIBUIÇÃO / ATACADO

O distribuidor adquire o produto com tributo destacado e revende para o varejo. Ele calcula o tributo sobre sua venda, descontando o crédito da compra anterior.

**Cada etapa recolhe tributo apenas sobre sua margem.**

📊 Valor agregado

↺ Crédito descontado



### ETAPA 3 — VAREJO / COMÉRCIO

O varejista compra do atacado e vende ao consumidor final. Apura o tributo sobre o preço de venda e compensa os créditos recebidos das etapas anteriores.

**O crédito evita bitributação.**



### ETAPA 4 — CONSUMIDOR FINAL

O consumidor adquire o produto com o tributo embutido no preço. Nesta etapa não há aproveitamento de crédito, sendo ele quem suporta financeiramente a carga tributária total.

**A carga tributária se concentra no consumo.**

**Tributação no destino é o princípio do IVA.**

### COMO FUNCIONA O MODELO NÃO CUMULATIVO

- Cada empresa paga tributo sobre sua venda
- Pode descontar créditos das compras anteriores
- Evita tributação em cascata
- Garante neutralidade na cadeia produtiva
- O tributo se concentra no consumo final
- Créditos podem abranger custos, insumos e despesas vinculadas à atividade



# REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDA NAS VENDAS E LOCAÇÕES DE IMÓVEIS?

IBS + CBS | Regime específico para bens imóveis — LC 214/2025



## O QUE PASSA A SER TRIBUTADO

- Construção civil e incorporação
- Alienação de imóveis e loteamentos
- Locação, cessão onerosa e arrendamento
- Administração e intermediação imobiliária

Reforma amplia a tributação sobre receitas imobiliárias.



## PESSOA FÍSICA: QUANDO VIRA CONTRIBUINTE?

### LOCAÇÃO

- Receita anual superior a R\$ 240.000
- E mais de 3 imóveis locados

### VENDA

- Negociação recorrente de imóveis
- Critério prático: mais de 3 imóveis vendidos no ano anterior

Critérios vinculados à habitualidade e atividade econômica imobiliária.



## ALÍQUOTAS REDUZIDAS DO SETOR

### VENDA DE IMÓVEIS

Redução: 50%  
Efetiva estimada: ~13,25%\*

### LOCAÇÃO RESIDENCIAL

Redução: 70%  
Efetiva estimada: ~7,95%\*

### TEMPORADA (< 90 dias)

Redução: 40%  
Equiparada à hotelaria

\*Considerando alíquota de referência projetada de 26,5% (IBS + CBS). Percentuais podem variar conforme regulamentação.



## REDUTORES DA BASE DE CÁLCULO

- Redutor de Ajuste: crédito vinculado ao custo de aquisição do imóvel.
- Redutor Social (residencial): até R\$ 100.000 na venda e até R\$ 600/mês na locação.

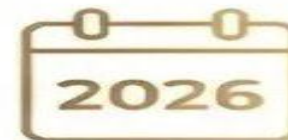
Mecanismos criados para reduzir o impacto fiscal no setor.



## LOCAÇÃO x TEMPORADA: ATENÇÃO

- Locação residencial: pode aplicar redutor social.
  - Temporada (<90 dias): pode ser equiparada à hotelaria.
- Enquadramento depende da caracterização da atividade e da prestação de serviços agregados.

Alíquotas-teste podem ser compensáveis conforme o regime tributário.



## COMO FICA 2026?

2026 será fase de testes da Reforma:

- 0,9% CBS
- 0,1% IBS
- Total: 1%

Sem carga cheia, mas com adaptação operacional e possíveis obrigações acessórias.

Alíquotas-teste podem ser compensáveis conforme o regime tributário.



# PRÓ-LABORE: O QUE É, QUEM DEVE RETIRAR E COMO TRIBUTA

Entenda a diferença para distribuição de lucros e as regras fiscais atualizadas.

## DEFINIÇÃO



**PRÓ-LABORE** é a remuneração paga ao sócio que trabalha na empresa (gestão ou operação).

- Não é salário CLT
- Não é lucro
- Origem: do latim "pro labore" = pelo trabalho

## VALOR DE RETIRADA

A lei **NÃO** fixa valor mínimo obrigatório.



Porém, recomenda-se retirada compatível com a função exercida — geralmente a partir de 1 salário mínimo quando há trabalho efetivo.



### Motivos:

- Cobertura previdenciária
- Qualidade de segurado
- Evitar questionamentos fiscais

## BALANÇA COMPARATIVA

### PRÓ-LABORE

- Natureza: remuneração pelo trabalho
- Obrigatório para quem atua
- Paga INSS
- Pode pagar IRRF
- Independe de lucro



### DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

- Natureza: retorno do capital
- Não é obrigatória
- Não paga INSS
- Pode ter IRRF (regra 2026)
- Depende de lucro apurado

## PARA DISTRIBUIR LUCRO COM SEGURANÇA



- Contabilidade regular
- Lucro apurado em balanço
- Caixa disponível
- Respeito às regras fiscais vigentes

## QUEM DEVE RETIRAR



### OBRIGATÓRIO:

- Sócio administrador
- Sócio com função operacional
- Titular de empresa individual



### NÃO OBRIGATÓRIO:

- Sócio apenas investidor
- Quotista sem atuação



## TRIBUTAÇÃO DO PRÓ-LABORE



### Incide:

- INSS 11% (desconto do sócio)
- INSS patronal 20% ou CPP no DAS (conforme anexo do Simples)
- IRRF conforme tabela progressiva



### Não incide:

- FGTS
- Férias
- 13º salário

## TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS (ATUALIZAÇÃO 2026)

**Lucros distribuídos são isentos de INSS.**

Porém, conforme a **Lei 15.270/2025**:

- Quando ultrapassar R\$ 50.000 no mês
- Por empresa para a mesma pessoa física
- Há retenção de IRRF de 10% sobre o valor distribuído no mês



Distribuições dentro desse limite permanecem sem IRRF.

## BASE LEGAL

Lei 8.212/1991 — Art. 12, V, "f"

Decreto 3.048/1999

IN RFB 971/2009

Lei 9.249/1995 — Art. 10

Lei 15.270/2025 — Tributação de dividendos (acima de R\$ 50 mil/mês)





# SEGREGAÇÃO + SPLIT DE NOTA FISCAL ECONOMIA TRIBUTÁRIA NO DAS (SIMPLES NACIONAL)

Separar naturezas na nota e no PGDAS evita bitributação e reduz legalmente a carga tributária no Simples Nacional.



## Conceito

O que é “split” de nota?

Separar na NF itens de naturezas diferentes (produto, serviço, reembolso, intermediação).



## Economia

Onde nasce a economia?

Cada receita é direcionada ao campo correto no PGDAS-D, com tributação própria.



## Agência / Infoproduto

**Split:** serviço + infoproduto segregado conforme a natureza (comércio ou serviço). Impacta diretamente a carga tributária no DAS.



## E-commerce: ICMS-ST

**Split:** mercadoria normal + mercadoria com ICMS-ST. ICMS-ST excluído da base do Simples Nacional.



## TI: Serviço + Reembolso

**Split:** serviço tributável + reembolso segregado. Reduz a base de cálculo do DAS.



## Clínica: Consulta + Exame

**Split:** receita própria + valores de repasse a terceiros segregados. Evita tributar intermediação.



## Farmácia/Perfumaria: Monofásico

**Split:** itens monofásicos segregados. Permite exclusão de PIS/COFINS da base do DAS quando aplicável.



## ISS Retido

**Split:** receita do serviço + indicação de retenção. Evita recolhimento duplicado de ISS quando há retenção na fonte.



## Risco

Se **NÃO** segregar, imposto maior, enquadramento incorreto, bitributação e risco de inconsistência fiscal.



## Benefício

Se segregar corretamente DAS menor e conformidade fiscal. Revisão mensal das notas e do PGDAS é essencial.



# COMO ESCOLHER O MELHOR REGIME TRIBUTÁRIO PARA SUA EMPRESA

Simple Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real?

A resposta depende de análise técnica.

O regime tributário é uma das etapas do planejamento tributário.



## O QUE É O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO?

É a definição do regime de tributação da empresa, realizada com base em análise fiscal, contábil e financeira, visando pagar o menor imposto possível dentro da legalidade.

✓ Estratégico

✓ Legal

✓ Personalizado

## O QUE É ANALISADO?

Não existe decisão sem estudo técnico.



Faturamento atual e projetado



Margem de lucro



Folha de pagamento (Fator R)



Atividade / CNAE



Despesas operacionais



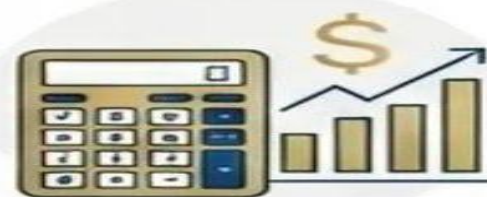
Créditos tributários possíveis



Produtos monofásicos e ST

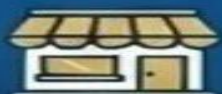


Estrutura societária



## REGIMES TRIBUTÁRIOS COMPARADOS

O enquadramento avalia cenários entre:



**Simples Nacional**



**Lucro Presumido**



**Lucro Real**

Sempre com simulação de carga tributária.



## ANÁLISE COMPARATIVA DE REGIMES



Comparação baseada em simulação real de carga tributária da empresa.

## ERROS COMUNS NO ENQUADRAMENTO



Escolher regime só pelo faturamento



Ir para o Lucro Real "porque tem muita despesa"



Não revisar o regime anualmente



Ignorar particularidades fiscais da atividade

Decisão tributária exige análise técnica, não suposição.

## BENEFÍCIOS DA ESCOLHA CORRETA



Redução legal de impostos



Maior lucratividade



Previsibilidade financeira



Segurança fiscal



Melhor planejamento de crescimento



# REFORMA TRIBUTÁRIA

## O QUE É TRIBUTAÇÃO NO DESTINO?

Entenda como os impostos passam a seguir o local do consumo.

### Conceito

Na nova reforma tributária do consumo, o imposto passa a ser arrecadado no local onde ocorre o consumo do bem ou serviço.

- Em outras palavras: o imposto não fica mais onde a empresa está. **Ele fica onde ocorre o consumo.**



### Exemplo prático

Empresa localizada em **São Paulo** vende um produto ou serviço.



**Na nova regra:** O imposto é destinado à Bahia, pois é onde ocorre o consumo.

### Antes x Depois

#### ANTES

#### Tributação na **origem**

O imposto ficava onde a empresa estava localizada.



#### DEPOIS

#### Tributação no **destino**

O imposto vai para o estado ou município onde ocorre o consumo.



### Novos tributos do modelo



**IBS** – Imposto sobre Bens e Serviços



**CBS** – Contribuição sobre Bens e Serviços

Ambos seguem o princípio da **tributação no destino**.

### Impacto da mudança

Estados mais consumidores tendem a arrecadar mais.

Estados mais produtores podem perder arrecadação relativa, devido à mudança no modelo de tributação.



Por isso a reforma prevê uma **transição gradual** entre **2026** e **2033**.



# **LEI DA REFORMA TRIBUTÁRIA ESQUEMATIZADA**

**BAIXE GRATUITAMENTE ANTES QUE SAIA DO AR**

- ✓ Normas gerais - Art. 10 a 30
- ✓ Hipóteses de incidência - Art. 40 a 70
- ✓ Imunidades - Art. 80 a 90
- ✓ Fato gerador - Art. 100
- ✓ Local da operação - Art. 11
- ✓ Base de cálculo - Art. 12
- ✓ Alíquotas - Art. 14
- ✓ Sujeição passiva - Art. 21
- ✓ Extinção dos débitos - Art. 27 a Art. 28
- ✓ Split payment - Art. 31 a Art. 35
- ✓ Ressarcimento - Art. 39
- ✓ Não-cumulatividade - Art. 47
- ✓ Bens e serviços de uso/consumo - Art. 57



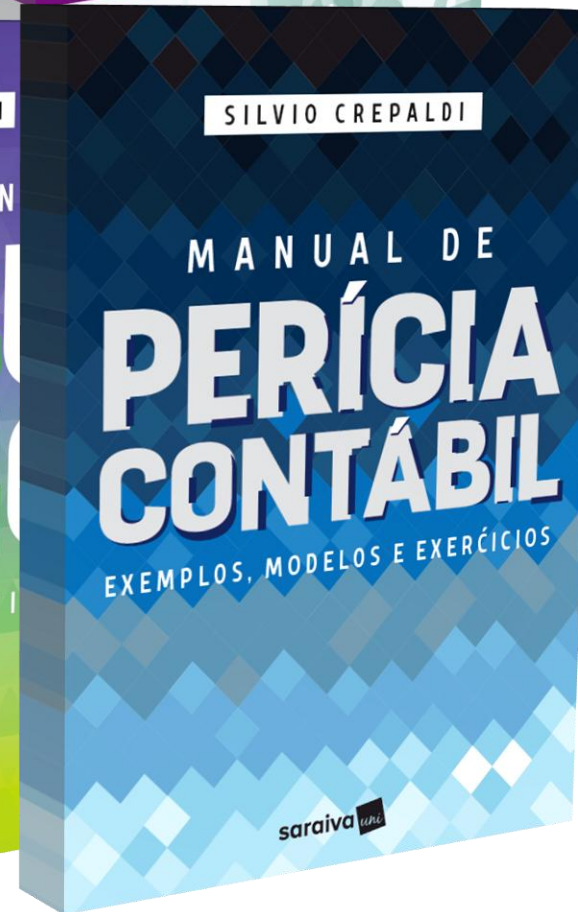
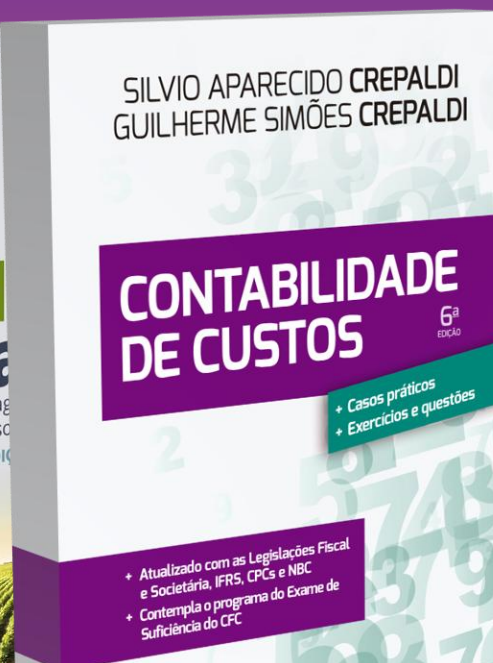
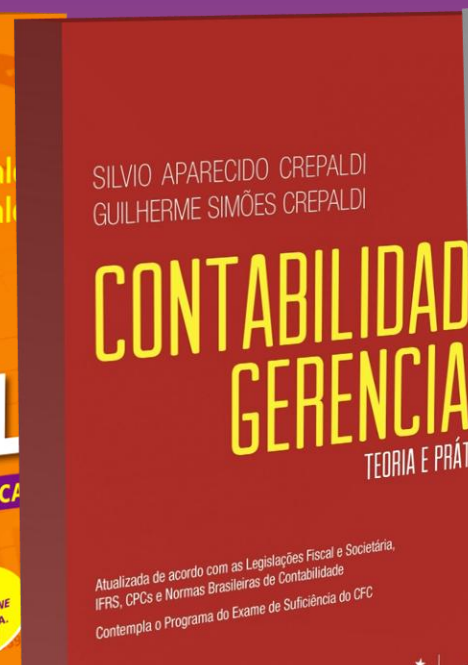
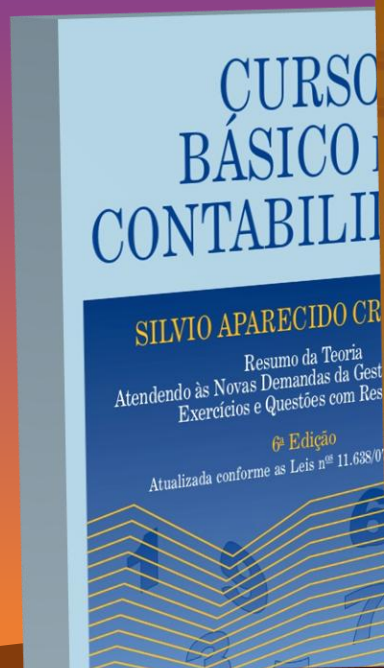


**Silvio Aparecido Crepaldi**

**ADVOGADO ♦ ADMINISTRADOR ♦ CONTADOR**

Rua Antônio de Sousa Franqueiro, nº 247 - Bairro Jardim Finotti - Uberlândia - MG  
CEP: 38.408-114 - (34) 99146 4528 - [silvio@crepaldi.adv.br](mailto:silvio@crepaldi.adv.br) - [www.crepaldi.adv.br](http://www.crepaldi.adv.br)







planejamento, elaboração e controle; Contabilidade Fiscal e Tributária: teoria e prática e Auditoria Fiscal e Tributária e Manual de Perícia Contábil. Autor da Editora Forense de: Direito Tributário e Direito Financeiro. Autor da Editora Juruá de: Direito Empresarial. Orcid: 0000-0002-8350-978X

A sociedade atual desenvolve-se de maneira globalizada, uma vez que a interferência sofrida nos países em virtude da globalização faz com que a informação chegue cada vez mais rápido a qualquer lugar do planeta. As empresas, por sua vez, seguem o caminho vislumbrado por essa rapidez evolutiva. Neste ínterim, o planejamento é fator primordial para a condução ao sucesso. Os objetivos desta obra são analisar a legalidade e a economicidade do planejamento tributário eficaz e identificar o regime adequado de tributação para as sociedades empresárias, a fim de reduzir sua carga tributária para alcançar resultados econômicos compensadores segundo os princípios constitucionais tributários. A metodologia de estudo caracteriza-se por uma pesquisa aplicada qualitativa, por se tratar de um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, tendo como objetivo fundamental a descoberta de respostas para problemas com o emprego de procedimentos científicos. Desenvolvemos um trabalho de identificação dentro das legislações tributárias, das oportunidades de eliminação ou minimização da carga tributária e das formas de maximizar a utilização de oportunidades legais nas diversas situações que resultam em benefícios fiscais ou que apresentam duas ou mais alternativas de procedimentos com resultados financeiros diferentes, de forma a propiciar ao empresário a escolha do procedimento legal menos oneroso, baseando-se no impacto do procedimento. A coleta de dados foi efetivada por meio de pesquisas bibliográficas em livros relacionados à matéria, artigos e revistas e consultas em sites específicos da internet, visando explicar a temática a partir de referências teóricas. Diante do estudo realizado, apresentamos algumas considerações importantes a respeito do planejamento fiscal e sobre como ele pode ajudar as organizações a melhorar seus resultados e, com isto, permanecerem no mercado e fomentarem a economia do país.

Appris  
editorial



editora Appris

ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL PARA GRANDES SOCIEDADES EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

Silvio Aparecido Crepaldi

Silvio Aparecido Crepaldi

# ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL

PARA GRANDES SOCIEDADES  
EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS  
E PORTUGUESAS

Appris  
editora



**Silvio Aparecido Crepaldi** é doutor em Direito pela UAL – Lisboa, Portugal; mestre em Administração pela UFLA; graduado em Direito pela UNIFENAS – Alfenas, MG e em Ciências Contábeis e Administração pela FACECA – Varginha, MG. Docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da ESAMC – Uberlândia, MG e do IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação – Goiânia, GO. Autor da Editora Atlas – Grupo Gen de: *Contabilidade Rural – uma abordagem decisional*; *Curso Básico de Contabilidade*; *Curso Básico de Contabilidade de Custos*; *Contabilidade Gerencial – teoria e prática* e *Auditoria Contábil: teoria e prática*. Autor da Editora Saraiva de: *Planejamento Tributário: teoria e prática*; *Orçamento Público*;



SILVIO CREPALDI

PLANEJAMENTO

# TRIBU TÁRIO

TEORIA E PRÁTICA

5ª edição

saraiva **uni**

# Contato

Prof. Dr. Silvio Aparecido Crepaldi



[www.crepaldi.adv.br](http://www.crepaldi.adv.br)



[professorcrepaldi@crepaldi.adv.br](mailto:professorcrepaldi@crepaldi.adv.br)